

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Com o advento de uma nova ordem jurídica, a legislação ordinária anterior compatível com a novel Carta Política continua em vigor segundo a teoria:

- a) Da recepção;
- b) Da repristinação;
- c) Da desconstitucionalização;
- d) Do poder constituinte derivado decorrente;
- e) Nenhuma das alternativas.

2) No Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

- a) Maiores de 14 anos e menores de 18 anos;
- b) Analfabetos;
- c) Maiores de 60 anos;
- d) Maiores de 80 anos;
- e) Nenhuma das alternativas.

3) Sobre a emenda à Constituição Federal é incorreto afirmar que:

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- b) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
- c) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem;
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

4) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional:

- a) Leis ordinárias;
- b) Resoluções;
- c) Leis delegadas;
- d) Leis complementares;
- e) Medidas provisórias.

5) Tem competência privativa para decretar e executar a intervenção federal:

- a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- b) O Presidente do Congresso Nacional;
- c) O Presidente da República;
- d) O Presidente do Senado;
- e) O Ministro de Estado da Defesa.

6) A inconstitucionalidade por omissão pode ser arguida mediante:

- a) Mandado de injunção;
- b) *Habeas data*;
- c) Ação direta de inconstitucionalidade;
- d) Ação civil pública;
- e) Mandado de segurança coletivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7) Assinale a resposta correta relativa ao processo de desapropriação:

- a) A declaração de utilidade poderá ser feita por qualquer ato normativo do Presidente da República, Governador do Estado ou Prefeito Municipal;

- b) É verdade que a União pode desapropriar bem de domínio de Município, contudo não poderá o Município desapropriar bem de domínio do Estado;
- c) A desapropriação por necessidade, utilidade pública e interesse social diferem entre si, dentre outros aspectos, pelo fato de que a primeira delas não depende de prévia indenização;
- d) A desapropriação consiste em forma originária de aquisição da propriedade, ficando por isso o Poder Público impedido de deduzir, do valor da indenização, débitos que o proprietário do imóvel desapropriado possua com a Fazenda Pública;
- e) A desapropriação especial urbana com pagamento mediante títulos da dívida pública poderá ser realizada quando o Estado verificar que o proprietário do solo urbano desatender a função social da propriedade.

8) Assinale a opção correta relativa à organização da Administração Pública:

- a) A tradicional classificação dos entes da Administração Pública Direta e Indireta engloba União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Organizações Sociais que celebram contrato de gestão;
- b) Os entes autárquicos, apesar de possuírem autonomia em relação ao ente público ao qual se encontra vinculado, submete-se ao controle hierárquico ministerial;
- c) Autarquia, Fundação Pública, Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista dependem de criação por lei, não sendo admissível a simples autorização legal para sua criação;
- d) Apenas os entes da Administração Pública Direta com personalidade de Direito Privado podem ser criados por atos privados, desde que devidamente autorizados por lei;

- e) A distribuição de atribuições do ente federativo para autarquia a ele vinculada caracteriza descentralização administrativa com transferência de titularidade do serviço público.

9) Por meio de Decreto o Chefe do Poder Executivo estadual concedeu pensão à Joana Silva em razão do falecimento de Pedro Silva, com quem era casada na época do óbito. Constatou-se, após dois anos sendo recebido o benefício mensalmente, que Pedro Silva não possuía qualquer vínculo com o Estado. Assinale a opção correta:

- a) Considerando que o Decreto é ato regulamentar que expressa o Poder Normativo da Administração Pública, poderá ser simplesmente revogado e, com isso, cassada a pensão;
- b) O Decreto no caso narrado possui efeitos concretos, gerando direito adquirido à pensionista e, portanto, insuscetível de revogação ou anulação;
- c) Considerando que a pensão concedida possui grave violação à Constituição Federal, deverá ser imediatamente revogado o ato que a concedeu, independentemente de manifestação da parte beneficiada pelo ato inconstitucional;
- d) Estando diante de Decreto de efeitos concretos no caso narrado, a decisão que decretar a sua invalidação deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas;
- e) A invalidação do Decreto no caso concreto não poderá ser decretada, eis que transcorrido o prazo prescricional.

10) No que diz respeito a teoria dos motivos determinantes, é correto afirmar:

- a) Cuida-se de corrente doutrinária não albergada pela jurisprudência dos tribunais brasileiros;
- b) Exige que a atuação dos agentes públicos seja motivada pela boa fé objetiva;
- c) Poderia ser corretamente invocado pelo servidor, mesmo sendo titular de cargo

comissionado, que tenha sido demitido por meio de ato administrativo onde conste falsa imputação de crime contra a administração pública;

- d) Embora a situação fática contida no ato administrativo seja importante para verificar a sua validade, é inservível para fundamentar a declaração de sua invalidade;
- e) Poderia ser corretamente invocada por empresa contratada pela administração pública que de fundamento para anulação do ato administrativo.

11) A concessão de aposentadoria ou pensão, após concedida pelo ente público responsável pelo benefício, necessita ser submetida ao Tribunal de Contas para fins de julgamento de sua legalidade. Em razão disso, a jurisprudência dos tribunais superiores classifica tal ato administrativo como:

- a) Unilateral, uma vez que a Constituição Federal é expressa em estabelecer que o julgamento do Tribunal de Contas é feito “para fins de registro”;
- b) Ato bilateral, pois depende da concordância de ambos os órgãos públicos;
- c) Complexo, pois depende do exame da legalidade por ambos os órgãos, possuindo o Tribunal de Contas prazo de cinco anos para julgar a legalidade da concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, a partir do momento em que recebem o processo;
- d) Composto, ficando o ato concessivo a depender do exame da segunda autoridade para que opere os seus devidos efeitos financeiros;
- e) Vinculado, pois depende do julgamento unânime pelo Tribunal de Contas em acórdão fundamentado em critérios de legalidade.

12) No que diz respeito aos serviços públicos, é correto afirmar:

- a) São modalidades de delegação da titularidade do serviço público a

concessão, permissão e a parceria público-privada;

- b) Segundo a Lei Federal n.º 8.987/1995, o concessionário do serviço público que ajuizar ação judicial para rescindir o contrato de concessão não poderá interromper a prestação dos serviços antes do advento de decisão judicial transitada em julgado, mesmo que tenha havido descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente;
- c) A concessionária de energia elétrica poderá interromper o fornecimento, caso verifique que o consumidor possui débitos pretéritos;
- d) A concessão de serviço público deverá ser precedida de licitação pública, devendo ser obrigatoriamente adotada a modalidade concorrência pública;
- e) As concessionárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos causados aos particulares, excluindo-se a responsabilidade subsidiária do Poder Concedente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13) Acerca das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa errada:

- a) A garantia do contraditório possui fundamento constitucional, não podendo ser suprimida por legislação ordinária, que pode, porém, prevê a hipótese de postergação, como nos casos de concessão de tutela provisória de urgência sem a oitiva da parte contrária;
- b) A razoável duração do processo é garantia constitucional que exige dos poderes constituídos não apenas a produção de normas que tornem os processos céleres, mas também o desenvolvimento de políticas públicas que permitam a alocação de recursos materiais de forma otimizada à consecução das finalidades do serviço público de prestação de tutela jurisdicional;

- c) O Código de Processo Civil é norma geral do sistema processual de cunho não penal, sendo, pois, aplicável subsidiariamente aos processos trabalhista e eleitoral, mas a lei rechaça sua aplicação aos juizados especiais, haja vista a possibilidade de comprometimento da celeridade ínsita a tal sistema;
- d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial;
- e) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

14) Assinale a alternativa correta:

- a) Para propor a ação é necessário possuir legitimidade, que vem a ser definida como a pertinência subjetiva da demanda, devendo ser movida por aquele que se afirma titular do direito em face de quem se alega ser o titular da obrigação, não havendo hipótese legal que autorize terceiro a defender direito que não seja próprio;
- b) O interesse processual deve ser entendido como a exigência de que a parte necessite da tutela jurisdicional pleiteada, ante a impossibilidade de realização de justiça própria, e escolha o instrumento processual adequado à proteção do direito que alega ter, como no caso de mandado de segurança, que somente é adequado para veiculação de demandas que não exijam dilação probatória;
- c) O juízo está autorizado a reconhecer sua incompetência territorial para julgar a causa de forma oficiosa, independentemente de impugnação da parte contrária, em qualquer tipo de causa que lhe seja submetida;

- d) A citação é o ato pelo qual se angulariza a relação processual, chamando o réu para apresentação de resposta, devendo ser providenciada, de regra, por Oficial de Justiça;
- e) Cabe ao autor indicar todos os elementos necessários à identificação do réu e sua localização para fins de citação, não podendo requerer ao juiz a adoção de medidas destinadas à desincumbência desse ônus no caso de impossibilidade de obtenção dessas informações.

15) Assinale a alternativa correta:

- a) As modalidades de tutela provisória, de urgência ou evidência, são cabíveis contra o Poder Público, sendo inconstitucional a vedação à medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza;
- b) No procedimento do mandado de segurança, deve a parte necessariamente apresentar o rol de testemunhas com a inicial, sob pena de não poder fazê-lo posteriormente;
- c) Nas demandas envolvendo a Fazenda Pública, por haver um qualificado quadro de servidores públicos exercendo a representação judicial, não se autoriza que o juiz determine, de ofício, a produção de prova;
- d) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública está legalmente vedada a produção de prova de natureza técnica, mesmo que procedimentalmente simples, devendo o feito ser remetido ao juízo fazendário comum nos casos da necessidade de sua produção;
- e) A inversão do ônus da prova é regra de julgamento, que será aplicada pelo juízo no momento de sentenciamento do feito, não havendo necessidade de comunicação prévia às partes acerca da

distribuição do referido ônus de forma diversa daquela legalmente estabelecida como regra.

16) Assinale a opção errada:

- a) A lei determina que a sentença seja constituída de relatório, fundamentação e dispositivo, estando o primeiro desses itens dispensados no âmbito dos Juizados Especiais;
- b) Não se considera fundamentada a sentença que aplica precedente sem enfrentar a distinção ou superação apresentada oportunamente pela parte;
- c) A coisa julgada pode beneficiar terceiros, especialmente em lides envolvendo o Poder Público, de modo que a sentença de procedência da demanda envolvendo um servidor contra o Poder Público, uma vez transitada em julgado, beneficia automaticamente, autorizando pronta execução, um terceiro servidor que detenha a mesma qualificação daquele que ajuizou a demanda originalmente;
- d) É possível o trânsito em julgado material de questão prejudicial expressamente resolvida na sentença, sem necessidade de pedido expresso da parte nesse sentido;
- e) A coisa julgada formada em decisão judicial acerca de relação jurídica de trato continuado não subsiste perante a modificação posterior no estado de fato ou de direito.

17) Acerca da execução contra a Fazenda Pública, assinale a opção correta:

- a) É incabível execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública, dado ser necessário a observância do regime de execução por precatório inclusive para essa modalidade de obrigação;
- b) A aplicação de multa coercitiva contra a pessoa jurídica de direito público é reconhecidamente medida ineficaz, daí porque a jurisprudência majoritária admite a cominação de multa coercitiva

apenas contra o agente público responsável pelo cumprimento da ordem judicial;

- c) No cumprimento de sentença para a obrigação de pagar quantia, a Fazenda Pública será citada para, no prazo de 15 dias, oferecer embargos à execução;
- d) Não é cabível a execução de título executivo extrajudicial contra a Fazenda Pública, daí porque não se pode falar, a rigor, de processo de execução contra a Fazenda Pública;
- e) Nos embargos à execução manejado pela Fazenda Pública será possível alegar a inexigibilidade da obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

18) Acerca dos recursos e sucedâneos recursais, assinale a opção errada:

- a) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a interposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de outro recurso contra a mesma decisão;
- b) Contra decisão do Tribunal local que nega seguimento a recurso extraordinário aplicando tese fixada em repercussão geral cabe recurso de agravo em recurso extraordinário, a ser dirigido para o Supremo Tribunal Federal;
- c) É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno;
- d) É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, desde que esgotadas as instâncias ordinárias;

- e) Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

19) Sobre os Impostos Estaduais é INCORRETO afirmar:

- a) O ITCD (Imposto de transmissão causa mortis e doação) terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e Intermunicipal e de comunicação; sobre propriedade de veículos automotores; e transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- c) O Imposto de transmissão causa mortis e Doação terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal;
- d) O Imposto sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em razão do tipo de automóvel, bem como de sua utilização;
- e) Em regra, a isenção ou não-incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.

20) Sobre as modalidades de extinção dos créditos tributários é INCORRETO afirmar:

- a) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis. Entretanto, o acréscimo de juros e penalidades tributárias não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor, desde

que feita dentro do prazo legal para pagamento do crédito tributário;

- b) O sujeito passivo tem direito à restituição, total ou parcial, seja qual for a modalidade do seu pagamento, do tributo pago indevidamente. Contudo, ação anulatória da decisão administrativa que porventura denegar a restituição do tributo prescreve em 4 (quatro) anos;
- c) A prescrição para a cobrança do crédito tributário devidamente constituído é interrompida pela celebração de acordo de parcelamento, já que se trata de ato inequívoco de reconhecimento do débito pelo devedor, conforme estipula o inciso IV, do artigo 174 do Código Tributário Nacional;
- d) Quando a legislação tributária não dispuser sobre o dia do pagamento do crédito tributário, seu vencimento será considerado trinta dias depois da data em que o sujeito passivo for notificado do lançamento tributário;
- e) De acordo com a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a legislação tributária pode alterar a data do vencimento do tributo sem necessidade de obedecer ao princípio da anterioridade tributária.

21) Constituem modalidades de extinção, exclusão e suspensão da exigibilidade do crédito tributário, respectivamente:

- a) Anistia, Isenção e parcelamento;
- b) Transação, parcelamento e Moratória;
- c) Compensação, remissão e o depósito do montante integral do crédito tributário;
- d) Prescrição, Anistia e parcelamento;
- e) Transação, Anistia e isenção.

22) Acerca do Sistema Tributário Nacional e das limitações constitucionais ao Poder de Tributar é correto dizer que:

- a) A imunidade tributária conferida aos templos de qualquer culto religioso se aplica aos templos evangélicos, aos centros espíritas e de outros cultos

religiosos, bem como aos imóveis de propriedade de instituições religiosas, mas não incluem os cemitérios por elas mantidos ou as lojas maçônicas;

- b) A imunidade Tributária recíproca, pertencente aos entes federativos, não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas;
- c) De acordo com a imunidade recíproca instituída pela Constituição Federal, é vedado aos estados e Distrito Federal instituir impostos sobre o patrimônio de sociedade de economia mista que, instalada no território estadual, explore atividade econômica;
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Município estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. Com base nessa limitação constitucional ao Poder de Tributar, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

23) De acordo com o estipulado no Código Tributário Nacional acerca das obrigações e responsabilidade tributárias é **INCORRETO** afirmar:

- a) As obrigações acessórias, bem como as multas pelo seu descumprimento, somente podem ser estabelecidas por lei em sentido estrito, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 113 do Código Tributário Nacional, tendo em

vista o princípio da Reserva Legal em matéria tributária;

- b) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes. Dessa forma, o proprietário de um imóvel não pode se furtar da sua responsabilidade pelo pagamento do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana alegando que, no contrato de locação, o pagamento do imposto foi atribuído ao locatário;
- c) A lei pode atribuir de modo expreso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação;
- d) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, exceto quando conste do título a prova de sua quitação;
- e) A responsabilidade tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração desde que, se for o caso, seja acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo necessita de apuração. Contudo, a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, não é considerada espontânea.

24) **NÃO** se encontra de acordo com os preceitos da Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, que dispõe sobre a transação tributária no âmbito federal, o seguinte enunciado:

- a) A transação poderá contemplar a concessão de descontos nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos que sejam classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Entretanto, fica vedada a concessão de benefícios que importe na redução do montante principal do crédito;
- b) São considerados créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação aqueles devidos por empresas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência, além de outros créditos cujos critérios devem ser estabelecidos pelos agentes fazendários;
- c) É vedada a concessão de benefícios que implique redução superior a 50% (sessenta por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados, bem como a concessão de prazo de quitação dos créditos superior a 84 (oitenta e quatro) meses; Entretanto, caso a transação tributária envolva pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte, a redução máxima de que trata o inciso II do § 2º deste artigo será de até 70% (setenta por cento), ampliando-se o prazo máximo de quitação para até 145 (cento e quarenta e cinco) meses;
- d) A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das respectivas execuções fiscais, muito embora haja a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, conforme o disposto no inciso II do caput do artigo 313 do Código de Processo Civil;
- e) Os agentes públicos que participarem do processo de composição do conflito, judicial ou extrajudicialmente, com o objetivo de celebração de transação nos termos da Lei n. 13.988 somente poderão ser responsabilizados, inclusive perante os órgãos públicos de controle interno e externo, quando houverem cometido erro grosseiro ou quando agirem com dolo ou fraude para obter vantagem indevida para si ou para outrem.

DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

25) Em seu trabalho na Consultoria-Geral, o estagiário de pós-graduação depara-se com a seguinte consulta: a) um contrato de locação de imóvel foi celebrado por órgão público (locatário) com particular (locador); b) o contrato de locação previu reajustes anuais, por índice inflacionário; c) o locador, em uma década de vigência do contrato, nunca reajustou o valor contratual; d) o contrato de locação foi aditado duas vezes, a última em 12/3/2022, para modificação do valor contratual, sem dispor sobre os reajustes pretéritos ou modificar a cláusula de reajuste; e) o particular (locador), em 13/3/2022, requereu do órgão público (locatário) o pagamento de todos os retroativos referentes às diferenças dos reajustes pretéritos, bem como o pagamento, dali em diante, da obrigação reajustada pelo índice acumulado desde o início do contrato de locação. O Procurador do Estado determinou que fosse feita uma minuta de parecer. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Investigar se o particular (locador) teve intenção de beneficiar-se da não aplicação tempestiva dos reajustes, e recomendar o deferimento integral caso incorrente essa intenção, ou recomendar o indeferimento, caso ocorrente;
- b) Recomendar o acatamento parcial do pedido, apenas para parcelas vincendas a partir da data do requerimento;
- c) Recomendar o acatamento integral do pedido, porém limitado o pagamento retroativo às parcelas cuja pretensão esteja não prescrita;
- d) Recomendar o acatamento integral do pedido;
- e) Recomendar a rejeição do pedido.

26) Em seu trabalho na Procuradoria Judicial, o estagiário de pós-graduação depara-se com as seguintes duas petições iniciais em processos judiciais: a) ambas se referem ao mesmo fato (acidente alegadamente provocado por viatura da

Polícia Militar), ocorrido em 12/3/2000; b) ambas foram ajuizadas em 13/3/2022; c) ambas alegadamente causaram lesões corporais em pessoas que, à época do fato, contavam 5 e 15 anos (ambas as pessoas com deficiência mental de longo prazo, consideradas então sem o necessário discernimento para prática dos atos da vida civil). O Procurador do Estado determinou que fosse analisada a ocorrência de prescrição da pretensão reparatoria. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Indicar a prescrição de ambas as pretensões;
- b) Indicar a prescrição apenas da pretensão da pessoa que contava 15 anos à época do fato;
- c) Indicar a prescrição apenas da pretensão da pessoa que contava 5 anos à época do fato;
- d) Indicar a prescrição apenas das pessoas que podem exprimir sua vontade;
- e) Não indicar nenhuma prescrição.

27) Em seu trabalho na Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente, o estagiário de pós-graduação depara-se com o seguinte fato, no curso de uma desapropriação na via administrativa: a) documento particular transferiu a “propriedade” (assim consta no documento) de imóvel de R\$ 1 milhão à pessoa A; b) documento fornecido pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição do imóvel certificou que o bem é de titularidade de uma grande empresa B; c) a pessoa A aceitou a proposta de indenização oferecida pela Administração Pública, mas a empresa B não pode ser contatada. O Procurador do Estado pediu que fosse analisada a documentação apresentada. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Constatar que a empresa B tem a propriedade, e a pessoa A tem a posse;
- b) Constatar que a empresa B tem apenas um título de propriedade, e a pessoa A tem a propriedade de fato;
- c) Constatar que a empresa B tem a propriedade e, por decorrência, a posse;

- d) Constatar que a empresa B tem apenas um título de propriedade, e a pessoa A tem apenas um título de posse;
- e) Constatar apenas que a empresa B tem a propriedade, nada sendo possível concluir sobre a posse de A, a partir da documentação apresentada.

28) Em seu trabalho na Procuradoria Fiscal, o estagiário de pós-graduação depara-se com processo de lançamento de Imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCD): a) o de cujus não deixou testamento; b) o de cujus tinha três filhos, e era casado no momento do óbito, em comunhão universal de bens; c) o de cujus, poucos dias antes de falecer, transferiu ao filho A a propriedade de imóvel que correspondia a 60% do patrimônio pertencente em comunhão a si e ao cônjuge. O Procurador do Estado determinou que fosse analisada a licitude da transmissão de propriedade. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Considerar ilícita a doação, na parte que exceder à legítima;
- b) Considerar ilícita a doação, na parte que exceder à parcela pertencente ao espólio;
- c) Considerar ilícita a doação, na parte que exceder à legítima e à parcela pertencente ao espólio;
- d) Considerar lícita a doação, a título de adiantamento de legítima;
- e) Considerar lícita a doação, sem efeitos supervenientes na partilha.

29) Em seu trabalho na Procuradoria da Administração Indireta e de Políticas Públicas, o estagiário de pós-graduação depara-se com a seguinte situação litigiosa: a) empregado público estadual foi contratado, sem concurso público, para ocupar posto de confiança na estrutura de empresa estatal estadual; b) após vinte anos, desligou-se a pedido do posto, retornando ao seu emprego público; c) decisão judicial determinou a incorporação da gratificação do posto de confiança, com fundamento no inciso I do Enunciado 372 da Súmula de Jurisprudência Dominante do Tribunal Superior do Trabalho (“Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem

justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira”). O Procurador do Estado determinou que fosse analisada a possibilidade material de recurso. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Concluir que o fundamento da decisão judicial é errado, porque se tratava de posto de confiança, demissível ad nutum;
- b) Concluir que o fundamento da decisão judicial é errado, porque o desligamento ocorreu a pedido do ocupante do posto de confiança;
- c) Concluir que o fundamento da decisão judicial é errado, porque os postos de confiança na estrutura de empresas estatais não são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- d) Concluir que o fundamento da decisão judicial é correto;
- e) Concluir que as alternativas B e C estão corretas.

30) Em seu trabalho na Procuradoria de Licitações e Contratos, o estagiário de pós-graduação depara-se com a seguinte situação: a) a Administração Pública estadual celebrou com particular contrato de direito privado; b) o contrato de direito privado estipulava multa por descumprimento; c) decisão judicial interpretou o contrato

conforme à Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), declarando nula a cláusula contratual apenas na parte que estipulava multa ao particular, sobre o único fundamento de que a cláusula é “irrazoável”. O Procurador do Estado determinou que fosse analisada a possibilidade material de recurso. Você, como estagiário de pós-graduação, deve:

- a) Concluir que a decisão judicial não está fundamentada, porque a conclusão de “irrazoabilidade” precisaria ser justificada;
- b) Concluir que a decisão judicial está correta, porque o princípio da dignidade humana impede a estipulação de multa à parte mais fraca na relação contratual;

- c) Concluir que a decisão judicial está correta, com fundamento na sólida dogmática da razoabilidade;
- d) Concluir que a decisão judicial está correta, apesar de confundir razoabilidade com proporcionalidade;
- e) Concluir que a decisão judicial está errada, porque a cláusula é razoável, com fundamento na sólida dogmática da razoabilidade.

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO
SENSU EM DIREITO**

GABARITO PROVISÓRIO PROVA OBJETIVA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	B	D	E	C	A	B	E	D	C	C	B	C	B	A

16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	E	B	C	B	D	D	A	*	E	A	E	C	B	A

***Questão 24: ANULADA**